

STJ00097347

Hugo de Brito Machado Segundo

PROCESSO
TRIBUTÁRIO

7ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2004 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2004; 2. ed. 2006; 3. ed. 2008; 4. ed. 2009; 5. ed. 2010;
6. ed. 2012; 7. ed. 2014



Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machado Segundo, Hugo de Brito
Processo tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 7. ed. –
São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-8614-4
ISBN 978-85-224-8615-1 (PDF)

1. Direito tributário – Brasil 2. Processo (Direito) – Brasil I. Título.

04-4184
CDU-347.9:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo tributário : Direito 347.9:336.2(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

883547

SUMÁRIO

Prefácio, xi

Nota à sétima edição, xv

Nota à sexta edição, xvii

Nota preliminar, xix

1 NOÇÕES FUNDAMENTAIS, 1

1 O Direito e o processo, 1

1.1 O Direito, 1

1.2 O Estado, o Direito Público e o Direito Tributário, 2

1.3 O processo, 4

1.4 Outros significados da expressão *processo*. Processo e procedimento, 6

2 PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO PROCESSO TRIBUTÁRIO, 13

1 Conceito de princípio jurídico, 13

2 Papel dos princípios jurídicos na atual Teoria Geral do Direito, 14

3 Princípios gerais, 15

3.1 Relação processual como relação jurídica, submetida a princípios, 15

3.2 Justiça, 17

3.3 Segurança jurídica, 19

3.4 Isonomia, 19

3.5 Legalidade, 21

3.6 Razoabilidade, 22

- 3.7 Proporcionalidade, 22
 - 3.8 Publicidade, 24
 - 4 Princípios vetores da condução de procedimentos administrativos, 26
 - 4.1 A peculiar classificação do “mero procedimento”. Atividade administrativa típica, 26
 - 4.2 Oficialidade, 28
 - 4.3 Inquisitorialidade, 28
 - 4.4 Cientificação, 29
 - 4.5 Busca pela verdade real, 29
 - 4.6 Subordinação hierárquica, 32
 - 4.7 Dever de fundamentação, 33
 - 5 Princípios do processo, 33
 - 5.1 Princípios inerentes aos processos administrativo e judicial, 33
 - 5.2 Princípios peculiares ao processo administrativo, 41
 - 5.3 Princípios peculiares ao processo judicial, 47
 - 6 Quadro esquemático, 52
- 3 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 54
- 1 Espécies e fundamentos, 54
 - 2 Lançamento tributário, 56
 - 2.1 Noções iniciais, 56
 - 2.2 As várias espécies de lançamento, 57
 - 2.3 O procedimento preparatório do lançamento por declaração, 58
 - 2.4 O procedimento preparatório do lançamento por homologação, 59
 - 2.5 O procedimento nos casos de lançamento de ofício, 61
 - 2.6 O ato de lançamento. Natureza e requisitos, 78
 - 2.7 Apreensão de mercadorias e devido processo legal, 84
 - 2.8 A decadência do direito de a Fazenda Pública efetuar o lançamento, 85
 - 3 Processo de controle interno da legalidade administrativa, 107
 - 3.1 Noções iniciais, 107
 - 3.2 As várias etapas do processo administrativo fiscal. Disciplinamento normativo, 134
 - 3.3 Prazo para conclusão do processo administrativo, 184
 - 3.4 Inscrição em dívida ativa, 190

- 4 Outras espécies de procedimentos, de atos e de processos administrativos de controle da legalidade destes, 192
 - 4.1 Reconhecimento de isenções ou imunidades, 192
 - 4.2 Homologação de compensações ou deferimento de restituições, 196
 - 4.3 Deferimento de parcelamento, 205
 - 4.4 Conclusão do procedimento e a possibilidade de impugnação, 208
 - 4.5 Consulta fiscal, 208

- 4 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO, 217
 - 1 Noções Gerais, 217
 - 1.1 Conceito, 217
 - 1.2 As várias espécies de tutela jurisdicional, 219
 - 1.3 Formalidade e formalismo. Instrumentalidade e proporcionalidade, 221
 - 1.4 Ações de iniciativa do Fisco e ações de iniciativa do contribuinte, 224
 - 2 Ações de iniciativa do fisco, 225
 - 2.1 Execução fiscal, 225
 - 2.2 Cautelar fiscal, 315
 - 3 Ações de iniciativa do contribuinte, 321
 - 3.1 Legitimidade ativa *ad causam* nas ações de iniciativa do contribuinte, 321
 - 3.2 Embargos do executado, 336
 - 3.3 Mandado de segurança, 348
 - 3.4 Ação anulatória de lançamento, 398
 - 3.5 Ação declaratória, 411
 - 3.6 Ação de repetição do indébito, 428
 - 3.7 Ação cautelar e as chamadas “tutelas de urgência”, 467
 - 3.8 Ação de consignação em pagamento, 487
 - 3.9 Honorários advocatícios de sucumbência, 496
 - 3.10 A prova no processo judicial, 506
 - 3.11 O Simples Nacional e o processo tributário, 511
 - 4 Ações de controle de constitucionalidade, 513
 - 4.1 O controle de constitucionalidade pelo Judiciário, 513
 - 4.2 Controle “difuso” e controle “concentrado” de constitucionalidade, 513
 - 4.3 Ação direta de inconstitucionalidade, 516

- 4.4 Ação declaratória de constitucionalidade, 517
- 4.5 *Jura novit curia* e as ações de controle concentrado de constitucionalidade, 519
- 4.6 Participação de terceiros na ADIn e na ADC, 520
- 4.7 Controle concentrado de constitucionalidade e leis municipais, 520
- 4.8 Medida cautelar nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, 523
- 4.9 Efeitos da decisão que declara, em tese, a inconstitucionalidade de ato normativo, 524
- 4.10 A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), 528
- 5 Ações da coletividade, 532
 - 5.1 Ação popular, 532
 - 5.2 Ação civil pública, 536

Bibliografia, 539

Índice remissivo, 559

Índice onomástico, 565